PROTOCOLO AS 12.30 hs
DATA 04/04/22

DATA 04/04/22

ASSINATOR

PL Nº Oll /2022.

Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal nº 806 de 2018 - Institui o Programa Municipal de Desenvolvimento do Campo – PROCAMPO.

## PROJETO DE LEI Nº Oll /2022.



Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal nº 806 de 2018 - Institui o Programa Municipal de Desenvolvimento do Campo - PROCAMPO, e dá outras providências.

A Câmara Municipal aprovou e eu, **JOSEMIRA RAIMUNDA DINIZ GADELHA**, Prefeita do Município de Canaã dos Carajás, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica alterada a redação do artigo 7º da Lei nº nº 806 de 02 de maio de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Os produtores serão selecionados por critérios de pontuação, classificando-os em ordem decrescente, atribuindo-se as seguintes pontuações:

 I- 5 (cinco) pontos quando o produtor habitar na área onde serão desenvolvidas as atividades do Programa;

II- 5 (cinco) pontos quando o produtor já desenvolver o sistema produtivo para qual pretende ser beneficiado;

III- 10 (dez) pontos quando o produtor estiver em condição de vulnerabilidade social;

IV- 5 (cinco) pontos quando o produtor possuir Cadastro Ambiental Rural;

V- 5 (cinco) pontos quando o produtor possuir Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP.

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS GABINETE DA PREFEITA

VI- de 0 (zero) a 10 (dez) pontos de acordo com a viabilidade técnica do

projeto.

§1° Atenderá ao critério de que trata o inciso III deste artigo o candidato que

estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo

Federal (CadÚnico) e for membro de família de baixa renda, nos termos do

Decreto n° 6.135/2007.

§ 2º Em caso de empate, será classificado o candidato mais idoso e, caso o

empate continue, será realizado sorteio público entre os candidatos

empatados."

Art. 2º Fica alterada a redação do artigo 8º da Lei nº nº 806 de 02 de maio de

2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º Não poderá ser beneficiado pelo PROCAMPO o produtor que não

possuir viabilidade técnica atestada por estudo elaborado por meio da

Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Produção Rural.

Parágrafo único. O Atestado de Viabilidade Técnica indicará pontuação que

poderá variar de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, sendo que o produtor que receber

nota "zero" será automaticamente desclassificado do Programa."

Art. 3º Fica alterada a redação do artigo 9º da Lei nº nº 806 de 02 de maio de

2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º Os produtores selecionados não poderão se inscrever no

PROCAMPO com o mesmo projeto aprovado no ano anterior.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos

produtores selecionados nos seguintes projetos, os quais poderão ser

selecionados por dois anos consecutivos:

Página 3 de 6

I- produção de grãos;

II- horticultura;

III- apicultura;

IV- fruticultura."

**Art. 4º** Fica alterada a redação do artigo 10 da Lei nº nº 806 de 02 de maio de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. A entrega dos recursos tecnológicos se efetivará mediante assinatura de Termo de Compromisso.

Parágrafo único. O produtor beneficiado será depositário dos recursos tecnológicos, nos termos dos artigos. 627 em diante do Código Civil."

**Art. 5º** Fica alterada a redação do artigo 11º da Lei nº nº 806 de 02 de maio de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art 11. Descumpridas quaisquer das cláusulas do Termo de Compromisso de que trata o artigo 10 desta Lei os recursos tecnológicos retornarão à posse da Secretaria Municipal de Produção e Desenvolvimento Rural e serão destinados a outro produtor selecionado nos termos do art. 7º desta Lei."

**Art. 6º** Fica alterada a redação do artigo 12º da Lei nº 806 de 02 de maio de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. Os recursos materiais e financeiros necessários para a execução do Programa Municipal de Desenvolvimento do Campo- PROCAMPO, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Produção Rural."

Página 4 de 6



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS GABINETE DA PREFEITA

Art. 7º Fica alterada a redação do artigo 13º da Lei nº 806 de 02 de maio de

2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. Poderão participar como parceiros do processo interno do

PROCAMPO a Secretaria Municipal de Meio Ambiente — SEMMA, Secretaria

de Desenvolvimento Econômico — SEMDEC, Secretaria Municipal de

Desenvolvimento Social — SEMDES, Secretaria Municipal de Saúde —

SEMSA, Secretaria Municipal de Educação — SEMED, Agência de Defesa

Agropecuária do Estado do Pará — ADEPARÁ, Agência Canaã, Empresa de

Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará — EMATER,

Sindicato de Produtores Rurais de Canaã dos Carajás — SICAMPO,

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canaã dos Carajás — STTR,

Cooperativas e Associações Locais e entidades afins."

Art. 8º Fica alterada a redação do artigo 14º da Lei nº 806 de 02 de maio de

2018, que passa a vigorar a seguinte redação:

"Art. 14. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Produção Rural

promoverá a efetiva divulgação do PROCAMPO aos produtores para a

promoção da compreensão do programa e dos critérios de participação."

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as

disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS.

Estado do Pará, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de março de 2022.

JOSEMIRA RAIMUNDA DINIZ GADELHA

Prefeita de Canad dos Carajás

Página 5 de 6

## **MENSAGEM JUSTIFICATIVA**

Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssima Senhora Vereadora; Excelentíssimos Senhores Vereadores;



Nos termos do art. 73 da Lei Orgânica do município de Canaã dos Carajás, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal nº 806 de 2018 - Institui o Programa Municipal de Desenvolvimento do Campo - PROCAMPO, e dá outras providências".

O presente Projeto de Lei visa alterar a Lei que o instituiu o PROCAMPO para melhor adequar à realidade vivenciada pelos produtores, a qual só foi possível ser identificada no decorrer da execução do Programa.

Dentre as principais alterações destacamos a maior pontuação atribuída ao produtor hipossuficiente, o qual passa a ter melhores chances de ser contemplado, e a impossibilidade do produtor ser comtemplado por dois anos consecutivos utilizando o mesmo projeto.

Na oportunidade, solicitamos que o presente Projeto de Lei tramite em regime de urgência, tendo em vista a necessidade de implementarmos os critérios de seleção que serão alterados já na edição do Programa que deverá iniciar ainda no mês de abril, a fim de que a execução do Programa possa coincidir com o momento ideal de plantio e colheita.

Mediante os referidos elementos, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos doutos integrantes desta casa legislativa municipal para que, caso assim entendam coerente, o convertam integralmente em lei.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos ilustres Vereadores, a expressão do meu mais alto apreço e consideração.

Canaã dos Carajás, 29 de março de 2022.

Atenciosamente,

JOSEMIRA RAIMUNDA DINIZ GADELHA

Prefeita de Camaã dos Carajás

Página 6 de 6

Mon. . FAMEL As Month of Mines and the feet and